

Garimpeiros sairão da área Sararé



Entidades governamentais e não-governamentais preocupadas

Jupirany Devillart

Os cerca de 300 garimpeiros acampados hoje na reserva indígena Sararé, no município de Pontes e Lacerda, serão expulsos da área e as dezenas de madeiras clandestinas localizadas à margem da BR-174 e que sobrevivem explorando os índios serão fechadas. A previsão foi feita ontem por um alto funcionário da administração regional da Funai (Fundação Estadual do Índio) em Mato Grosso. A operação, prevista para a semana que vem, será comandada pela Polícia Federal, com o apoio de agentes do Ibama, Polícia Florestal e da própria Fundação.

A data certa da operação está dependendo apenas da definição de onde virão os recursos financeiros para o deslocamento de tropas à região. Vários encontros já foram realizados e uma das alternativas mais fortes surgidas até agora para resolver a falta de dinheiro é o Prodeagro (Programa de Desenvolvimento Agroambiental), que dispõe de linhas de crédito para questões indígenas. O valor total necessário para a operação será apresentado hoje à direção do "Programa" no Estado.

"Estamos concluindo os estudos, mas é certo que além da desocupação serão necessário recursos para a formalização de uma estrutura capaz de garantir uma solução definitiva para a área Sararé", adiantou ontem o consultor do Prodeagro/PNUD, Luiz Fernando Lemos. A "estrutura" consiste basicamente em apresentar alternativas econômicas para as comunidades indígenas e os próprios municípios circunvizinhos. Trabalhos educativos também seriam realizados, buscando incentivar as sociedades urbanas locais a preservar e respeitar o patrimônio indígena.

O assunto chegou a ser debatido ontem, na sede da Caiemt (Coordenadoria de Assuntos

Indígenas do Estado), entre diversas entidades governamentais e não-governamentais ligadas ao meio ambiente e os índios. "Estamos consolidando com estas entidades uma proposta única para resolver o impasse na reserva", explicou o coordenador da Caiemt, Ademir Gudrin. Segundo ele, o trabalho está sendo estudado cuidadosamente porque poderá ser aplicado em outras 12 áreas de conflito no Estado.

A reserva Sararé possui cerca de 70 mil hectares, onde vivem diversas comunidades nambikuaras. A área é rica em minérios como ouro e diamante, além de possuir grande quantidade de árvores nobres (mogno e a cerejeira). As primeiras invasões de garimpeiros à região ocorreu há cerca de seis anos. Em 1992 houve ameaça de conflito e o Bird (Banco Mundial) chegou a ameaçar não liberar um empréstimo de US\$ 205 milhões ao Estado, através do Prodeagro, se o governo não resolvesse a situação. Os "invasores" foram retirados, mas, sem alarde, voltaram e já são mais de 300 hoje. A exploração desordenada fez com que o leito do principal rio da reserva - o "Água Suja" - fosse desviado cerca de 500 metros.

O problema da exploração dos índios pelas madeiras também é grave. Chegou-se ao cúmulo de representantes de algumas comunidades fecharem com empresários contratos de retirada de madeira das reservas. O escândalo estourou no ano passado. As transações foram canceladas, madeiras apreendidas, empresários presos e multados, mas nada disso adiantou. A exploração hoje, segundo admite a própria Funai, é a mesma

Assassinato

A Funai irá deslocar uma equipe ao município de Pontes e Lacerda neste final de semana para apurar a "circunstância" da morte do funcionário Antonio Pedrosa de Assis. Ele, que saiu da regional da Fundação em Vilhena (Roraima) para vistoriar áreas indígenas, foi encontrado morto na reserva Sararé com vários disparos de revólver. A Polícia Federal investiga a autoria do assassinato, mas a Funai quer ir além. "Os próprios funcionários da Fundação exigem uma investigação mais rigorosa deste caso para evitar novas tragédias", explica uma fonte na Fundação.

190
3217